

3

MAURICE DOBB
da Universidade de Cambridge

Tópicos 3

A Evolução do Capitalismo

SÉTIMA EDIÇÃO

Nova tradução

Cop. 3

ZAHAR EDITORES
RIO DE JANEIRO

PASTA Nº:	32
QTD. FLS.:	17

PASTA:	10
CÓPIAS:	17
R\$: 21,30	FRONTE
R\$: 21,25	FN

Tradução
MANUEL DO RÉGO BRAGA
Professor de História da Universidade Gama Filho, RJ

Revisão de Texto e
Revisão Técnica
ANTÔNIO MONTEIRO GUIMARÃES FILHO
Professor do Departamento de Sociologia da PUC, RJ

SÉRGIO GOES DE PAULA
*Mestre em Economia pelo
Instituto de Pesquisa Econômica da USP
Professor de Política Econômica
no Mestrado de Desenvolvimento Agrícola da FGV, RJ*

PASTA:	10
CÓPIAS:	17
R\$: 21,30	FRONTE
R\$: 21,25	FN

BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
ECONOMIA

CAPÍTULO I

O CAPITALISMO

1

Talvez não constitua total surpresa que o termo *capitalismo*, de tão ampla circulação na fala popular e na literatura histórica dos anos mais recentes, seja usado de forma tão variada e não tenha gerado acordo quanto ao seu uso. Mais notável ainda é que na teoria econômica exposta pelas escolas tradicionais o termo muito raramente ou nunca surtisse.¹ Existe até uma escola de pensamento, a que pertencem economistas e historiadores, que se tem negado a admitir a possibilidade de conferir significado exato a capitalismo enquanto nome de um determinado sistema econômico. No caso dos economistas, isso se deve, em boa parte, a que os conceitos centrais de sua teoria, como apresentados costumeiramente, modelam-se num plano abstrato desligado dos fatores historicamente relativos e somente em termos dos quais o capitalismo pode ser definido. No caso dos historiadores que adotam essa posição nülísta, sua atitude parece advir de uma ênfase conferida à variedade e complexidade de acontecimentos históricos, tão grande que rejeita quaisquer dessas categorias gerais formadoras da tessitura da maioria das teorias de interpretação histórica e nega qualquer validade a linhas fronteiriças entre épocas históricas. Dizem que período algum da história é feito de um só tecido; e, como todos os períodos são misturas complexas

¹ Sombart, em seu artigo sobre o assunto na *Encyclopaedia of the Social Sciences*, diz: "Este termo não se encontra em Gide, Cauwès, Marshall, Seligman ou Cassel, para mencionar apenas os textos mais conhecidos. Em outros tratados, como os de Schendler, Adolf Wagner, Richard Ehrenburg e Philipovich, há algum exame do capitalismo, mas o conceito é rejeitado em seguida." Nem o *Palgrave's Dictionary of Political Economy* nem o *Dictionnaire de l'Economie Politique* incluem o termo *capitalismo*.

de elementos, revela-se simplificação enganadora rotular qualquer parte do processo histórico com o título de um único elemento. Um sistema como o capitalismo poderá ser mencionado abstratamente como descrevendo um aspecto que, em medida vária, caracterizou numerosos períodos da história, mas como tal constitui uma noção econômica abstrata, e não histórica; e fazer o levantamento das origens de qualquer "sistema" é em geral uma busca vã que pode não ter fim. Podemos desconfiar que tal atitude é reforçada por uma consideração mais tópica. Se o capitalismo não existe como entidade histórica, os críticos da ordem econômica atual que clamam por uma mudança de sistema estão lutando contra moínhos de vento; e especialmente Marx, que foi originalmente o responsável pelas observações a respeito de um sistema capitalista, seguia mero capricho ao levantar a questão. Há quem seja bem franco a esse respeito e que, como um crítico de *Religion and the Rise of Capitalism*, do Professor Tawney, denuncie o termo como sendo apenas um artifício político.

Hoje, após meio século de pesquisa intensa na história econômica, tal atitude raras vezes é considerada sustentável pelos historiadores econômicos, ainda que estes apresentem desconfianças quanto à origem do termo. É verdade que encontramos o principal historiador do mercantilismo a desprezar a noção de "capitalismo moderno", chamando-o "aquele indigesto cozido irlandês",² mas a opinião predominante dos que examinaram o desenvolvimento econômico dos tempos modernos acha-se resumida pelo Professor Tawney em passagem bem conhecida. "Após mais de meio século de trabalho sobre o assunto, executado por estudiosos de meia dúzia de nacionalidades e com as mais diversas opiniões políticas, negar que o fenômeno exista, ou sugerir que se existe é coisa singular entre as instituições humanas por ter, como Melquisedeque, existido por toda a eternidade, ou dar a entender que, se tem uma história, a decadência impede que seja desenterrada, é incorrer voluntariamente em cegueira... Um autor... não deverá entender grande coisa da história europeia nos últimos três séculos se, além de evitar a palavra, ignorar o fato."³ No entanto, se em nossos dias o capitalismo recebeu reconhecimento autorizado como categoria histórica, tal esforço não nos garante que os que alegam estudar esse sistema estejam falando da mesma coisa. Alguns poderiam pensar que uma variedade de uso proporcionaria pouca base para comentários e não poderia causar grande mal, mas a diferença de uso verbal está ligada não só a uma

ênfase diferente à busca do que é pertinente entre a multidão de incidentes históricos e a um princípio diferente de seleção na composição da crônica de acontecimentos, mas tende a levar a um modo diferente de interpretação e a uma história causal-genética diferente. Se é o padrão que os acontecimentos históricos nos impõem, e não nossas próprias predileções, isso é decisivo em nosso uso do termo *capitalismo* e deverá então haver uma definição de acordo com a forma real do desenvolvimento histórico e outras que, em contraste com ela, estejam erradas. Mesmo quem crê no relativismo histórico deve acreditar que exista uma descrição correta do ponto de vista de qualquer conjunto homogêneo de observações históricas. Além disso, não é incomum suceder que quem escreve sobre o capitalismo, aparentemente despreze qualquer problema de significado, deixando de esclarecer o sentido em que pretende seja tomada a palavra, além de não mostrar grande coerência em seu emprego.

Talvez devêssemos esclarecer que a palavra "capitalista", que se tornou moda entre alguns economistas, principalmente entre os partidários da Escola Austríaca, pouco tem em comum com o capitalismo como categoria de interpretação histórica. "Capitalista" tem sido usado pelos economistas num sentido puramente técnico, ao se referirem ao uso dos chamados métodos de produção "indiretos" ou que encurtam o tempo, e em grande parte se prendeu a uma visão particular da natureza do capital. Não diz respeito à modalidade de propriedade dos instrumentos de produção, e se refere apenas à sua origem econômica e à medida de seu uso. Como toda produção, excetuada a mais primitiva, sempre foi em algum grau "capitalista" nesse sentido técnico, o termo apresenta pouco valor para fins de diferenciação histórica, e seus inventores não tentaram usá-lo desse modo. O uso que dele fazem, na verdade, é, por implicação, uma negativa de qualquer significado específico ao capitalismo como sistema histórico especial.

Pouco mais útil é a outra concepção que vemos implícita no contexto em que o termo é freqüentemente usado, e que apresenta a fraqueza de confinar o capitalismo a um espaço de tempo tão pequeno que traça uma fronteira entre fenômenos sociais que apresentam as marcas nítidas da semelhança familiar. De acordo com ela, o capitalismo se identifica com um sistema de empresa individual sem obstáculos: um sistema em que as relações econômicas e sociais são governadas por contrato, em que os homens são agentes livres na busca de sua subsistência, e em que estão ausentes quaisquer compulsões e restrições legais.⁴ Desse modo, o capita-

² O Professor E. Hecksher, em *Economic History Review*, vol. VII, p. 45. Ele acrescenta que o mesmo só poderá ter "um significado distinto" se estiver "ligado àquilo que na ciência econômica se chama capital" — em cujo sentido, isto é, da existência de capital, as diferentes etapas da história só diferiram em grau.

³ Prefácio à edição de 1937 de *Religion and the Rise of Capitalism*.

⁴ Pode-se citar, talvez, como exemplo não muito sério dessa concepção, o seguinte: "O verdadeiro capitalismo quer dizer uma economia de concorrência livre e justa pelo lucro e a oportunidade de trabalho para todos" (J.H.R. Cromwell e H.E. Czerwonky, em *In Defence of Capitalism*, 5). Essa definição é tão exigente nas virtudes que registra que nos faz duvidar de poder o "verdadeiro capitalismo" ter existido em qualquer

lismo torna-se virtualmente sinônimo de um regime de *laissez-faire* e, em alguns usos do termo, de um regime de livre concorrência. Dicey não empregou o termo capitalismo, mas encarou como decisivo o contraste entre o que chamava o período de Individualismo, em certo sentido correspondente à noção ora examinada, e o período de Coletivismo, datando o início deste último a partir da década de 1870.⁵ Embora uma preocupação com esse tipo de distinção entre Individualismo e *Étatisme* talvez possa ser tomada como pertencente ao passado e não ao presente e, entre os historiadores econômicos, raramente tenha proporcionado uma base para definir o capitalismo, sua marca sobre o pensamento ainda persiste, e grande parte dos debates hoje encontrados parece por implicação identificar o capitalismo a um sistema de "livre empresa", contrastando-o com qualquer invasão de controle estatal à custa do *laissez-faire*. A deficiência de um significado tão estreito mostra-se bastante evidente. Poucos países que não a Inglaterra e os Estados Unidos no século XIX se assemelharam realmente a um regime de "individualismo puro" do tipo manchesteriano clássico; mesmo esses dois países logo iam ultrapassá-lo, encaminhando-se para uma era de empreendimento corporativo, monopólio ou semimonopólio, quando o *laissez-faire* como norma entrou em declínio. Se o capitalismo deve ser tão limitado no tempo assim, como deveremos caracterizar o sistema que o precedeu e aquele que o sucedeu, ambos assemelhados a ele numa série de aspectos importantes?

Por terem exercido forte influência sobre a pesquisa e a interpretação históricas, três significados separados atribuídos à noção de capitalismo surgem com destaque. Embora em alguns aspectos os mesmos se sobreponham, cada um deles se associa a uma visão distinta da natureza do desenvolvimento histórico; cada qual acarreta fronteiras cronológicas bem diferentes para o sistema e resulta num relato causal diferente quanto à origem do capitalismo e ao crescimento do mundo moderno.

Em primeiro lugar, e talvez desfrutando maior difusão, encontramos o significado divulgado pelas obras de Werner Sombart, que buscou a essência do capitalismo não em qualquer dos aspectos de sua anatomia econômica ou sua fisiologia, mas na totalidade dos aspectos representados no *Geist* ou espírito que tem inspirado a vida de toda uma época. Tal espírito

época. Exemplos mais ponderáveis encontram-se em autores que às vezes recusam o termo capitalismo a uma economia fascista e contrastam-no com "totalitarismo". Cf. também o *Handwörterbuch der Staatswissenschaften* (1923): "Der Kapitalismus hat die privatwirtschaftliche oder individualistische Wirtschaftsordnung zur Voraussetzung und ist ohne diese gar nicht denkbar." ("O capitalismo pressupõe a ordenação econômica individualista ou de economia privada e, sem ela, não é por certo possível.") (Tradução do Revisor.)

⁵ *Law and Opinion in England, passim*.

é uma síntese do espírito de empreendimento ou aventura com "o espírito burguês" de prudência e racionalidade. Acreditando que "em épocas diferentes têm reinado sempre atitudes econômicas diferentes, e que é esse espírito que tem criado a forma que lhe corresponde, e com isso uma organização econômica",⁶ Sombart buscou a origem do capitalismo no desenvolvimento de estados de espírito e de comportamentos humanos conducentes à existência das formas e relações econômicas características do mundo moderno. "Em algum momento do passado remoto o espírito capitalista deve ter existido — em estado embrionário, se assim quiserem — antes de qualquer empreendimento capitalista poder tornar-se uma realidade."⁷ O homem pré-capitalista era um "homem natural" que concebia a atividade econômica como o simples aprovisionamento de suas necessidades naturais e em épocas pré-capitalistas "no centro de todo esforço e preocupação estava o homem vivente, medida de todas as coisas: *mensura omnium rerum homo*".⁸ Contrariamente, o capitalista, "desarraigando o homem natural", com sua "visão primitiva e original" e "revirando todos os valores da vida", vê na acumulação de capital o motivo dominante da atividade econômica, e numa atitude de racionalidade sóbria e através dos métodos de cálculo quantitativo preciso subordina tudo o mais na vida a esse fim.⁹ Max Weber definiu mais simplesmente o capitalismo como "presente onde quer que a provisão industrial para as necessidades de um grupo humano seja executada pelo método de empresa", e "um estabelecimento capitalista racional" como "um estabelecimento com contabilização do capital". E usou a expressão espírito do capitalismo "para descrever a atitude que busca o lucro, racional e sistematicamente".¹⁰

Em segundo lugar, existe um significado que encontramos mais frequentemente implícito no tratamento do material histórico do que explicitamente formulado e que virtualmente identifica o capitalismo com a

⁶ *Der Moderne Kapitalismus* (ed. de 1928), I, 25. Isso ele descreveu como "a idéia fundamental (*Grundgedanke*)" de sua obra.

⁷ *Quintessence of Capitalism*, 343-4.

⁸ *Der Moderne Kapitalismus*, vol. I, 31.

⁹ *Quintessence*, 13-21, 239.

¹⁰ *General Economic History*, 275; *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, 64. A opinião de Weber liga-se bastante à de Sombart, mas ao mesmo tempo apresenta certas diferenças. Talcott Parsons acentuou que existe uma distinção entre o "capitalismo em geral" de Weber, que "é uma categoria puramente econômica" (diversamente da de Sombart) e se refere a qualquer intercâmbio com fim de lucro, racionalmente conduzido (o que se aproxima do segundo significado que vamos mencionar adiante), e sua noção histórica de "capitalismo moderno" que é a mesma de Sombart. (*Journal of Political Economy*, vol. 37, p. 34.)

organização de produção para um mercado distante.¹¹ Enquanto o regime da antiga guilda artesanal, onde o artesão vendia seus produtos a varejo no mercado da cidade, presumivelmente não se incluiria nessa definição, o capitalismo poderia ser considerado como já presente assim que os atos de produzir e de vender a varejo se separaram no espaço e no tempo pela intervenção de um comerciante atacadista que adiantava dinheiro para a compra de artigos com o fito de subsequente venda com lucro. Em grande parte, essa noção é descendente linear do esquema de desenvolvimento empregado pela Escola Histórica Alemã, com sua distinção primária entre a "economia natural" do mundo medieval e a "economia monetária" que a sucedeu, e sua ênfase sobre a área do mercado como definidora dos estágios no crescimento do mundo econômico moderno. Nas palavras de Bücher, o critério essencial é "a relação existente entre produção e consumo de bens ou, para ser mais exato, a extensão da rota percorrida pelos bens, ao passarem do produtor ao consumidor".¹² Não é incomum acharmos isso em íntima conjunção com uma definição do capitalismo como sistema de atividade econômica dominado por certo tipo de motivo, o motivo lucro; seja a existência, em qualquer período, de número substancial de pessoas que confiam no investimento de dinheiro com o objetivo de extrair uma renda, seja tal investimento no comércio, na agiotagem ou na produção, tomada como demonstração da existência de um elemento de capitalismo. Assim, encontramos o capitalismo descrito pelo Professor Earl Hamilton, o historiador da revolução dos preços do século XVI, como "o sistema em que a riqueza outra que não a terra é usada com o fito de finido de conseguir uma renda".¹³ enquanto Pirenne parece aplicar o termo a qualquer uso "aquisitivo" do dinheiro, declarando que "as fontes medievais situam a existência do capitalismo no século XII além de qualquer dúvida".¹⁴ Quando tal noção é ligada à de capitalismo como sistema comercial — como produção para o mercado — temos o tipo de definição usada pelo Professor Nussbaum: "um sistema de economia de trocas" no qual o "princípio orientador da atividade econômica é o lucro irrestrito" (ao que, no entanto, ele acrescenta como característica adicional que tal sistema se distingue por uma diferenciação da população em "proprietários

¹¹ Cf. referência de Marx a Mommsen, o historiador da Roma antiga, de que "desobre um modo de produção capitalista em qualquer economia monetária" (*Capital*, vol. III, 914).

¹² *Industrial Evolution*, 89. Cf. também Schmoller, *Principes d'Economie Politique*, passim.

¹³ Em *Economica*, novembro de 1929, 339.

¹⁴ *Economic and Social History of Medieval Europe*, 163; cf. também Pirenne, em *American Historical Review*, 1914, 494 em diante.

e trabalhadores sem propriedades"¹⁵). A tendência dos que assim encaram o termo é buscar as origens do capitalismo nas primeiras invasões de transações especificamente comerciais sobre os estreitos horizontes econômicos e a suposta "economia natural" do mundo medieval, e assinalar os principais estágios no crescimento do capitalismo de acordo com estágios na ampliação do mercado ou com as formas variáveis de investimento e empresa comercial às quais tal ampliação se ligava. Em muitos aspectos, tal noção apresenta afinidade com a de Sombart, e se sobrepõe à mesma; porém o foco de sua atenção continua substancialmente diferente.

Em terceiro lugar, temos o significado inicialmente conferido por Marx, que não buscava a essência do capitalismo num espírito de empresa nem no uso da moeda para financiar uma série de trocas com objetivo de ganho, mas num determinado modo de produção. Por modo de produção, ele não se referia apenas ao estado da técnica — ao que chamou de estágio de desenvolvimento das forças produtivas — mas ao modo pelo qual se definia a propriedade dos meios de produção e às relações sociais entre os homens que resultavam de suas ligações com o processo de produção. Desse modo, o capitalismo não era apenas um sistema de produção para o mercado — um sistema de produção de mercadorias, como Marx o denominou — mas um sistema sob o qual a própria capacidade de trabalho "se tornara uma mercadoria" e era comprada e vendida no mercado como qualquer outro objeto de troca. Seu pré-requisito histórico era a concentração da propriedade, dos meios de produção em mãos de uma classe, que consistia apenas numa pequena parte da sociedade, e o aparecimento consequente de uma classe destituída de propriedade, para a qual a venda de sua força de trabalho era a única fonte de subsistência. Desse modo, a atividade produtiva era suprida pela última, não em virtude de compulsão legal, mas na base de um contrato salarial. Torna-se claro que tal definição exclui o sistema de produção artesanal independente, onde o artesão era proprietário de seus próprios artigos. Nisso não existia divórcio entre a venda de seus próprios artigos. Nisso não existia divórcio entre propriedade e trabalho; e, a não ser onde o artesão recorria em qualquer medida ao emprego de jornaleiros, era a venda e compra de artigos inanimados, e não de força humana de trabalho, o que constituía sua preocupação primária. O que diferencia o uso dessa definição quanto às demais é que a existência do comércio e do empréstimo de dinheiro, bem como a presença de uma classe especializada de comerciantes ou financeiros, ainda que fossem homens de posses, não bastam para constituir uma sociedade capitalista. Os homens de capital, por mais aquisitivos, não bastam — seu

¹⁵ *History of Economic Institutions of Europe*, 61. Em outras partes de sua obra, entretanto, o autor surge como adepto fiel da opinião de Sombart.

capital tem de ser usado na sujeição do trabalho à criação da mais-valia no processo de produção.

Não pretendemos debater aqui os méritos das definições rivais, mas simplesmente tornar claro que nos ensaios seguintes será no último desses três sentidos em que empregaremos o termo capitalismo, sublinhando algumas das implicações de seu uso nesse sentido. A justificativa de qualquer definição, afinal, deve repousar no seu emprego bem-sucedido ao esclarecer o processo real de desenvolvimento histórico, na medida em que dá uma forma ao nosso quadro deste processo correspondente aos contornos que a paisagem histórica demonstra ter. Como nossa base para rejeitar os outros dois desse trio de significados familiares, devem bastar as seguintes observações sumárias.

Tanto a concepção de Sombart do espírito capitalista quanto uma concepção de capitalismo como sendo primariamente um sistema *comercial* compartilham o defeito, em comum com as concepções que focalizam a atenção no fato de uma inversão lucrativa de dinheiro, de serem insuficientemente restritivas para confinar o termo a qualquer época da história, e de parecerem levar inexoravelmente à conclusão de que quase todos os períodos da história têm sido capitalistas, pelo menos em certo grau. A medida que nosso conhecimento das primeiras sociedades econômicas aumenta, a tendência por parte dos que conferem tais significados ao termo é fazer recuar as fronteiras do capitalismo para um tempo mais distante. Hoje compreendemos que as transações monetárias e a produção para um mercado eram muito mais comuns nos tempos medievais do que supúnhamos. Como observou Brentano, a Quarta Cruzada já demonstrara "uma verdadeira orgia de capitalismo", nesse sentido da palavra.¹⁶ E, à medida que aumenta nosso conhecimento acerca das condições econômicas do mundo antigo, acumulam-se evidências de que, com base em tais definições, a presença do capitalismo não pode ser negada até mesmo na Grécia e Roma clássicas. O uso lucrativo do dinheiro não é coisa exclusivamente moderna. A compra de escravos na antiguidade era presumivelmente um emprego "lucrativo" de dinheiro, tanto quanto o contrato de trabalhadores assalariados hoje. O mundo clássico tinha seus agiotas, e *lucri rabies* não era pecado desconhecido para o mundo medieval. Se tivermos de considerar ambos como sociedades capitalistas, teremos de concluir que qualquer busca das origens do sistema dentro dos limites dos oito últimos séculos é inútil, e que o capitalismo deve ter estado presente, intermitentemente, na maior parte da história escrita. O que necessitamos claramente

¹⁶ Sombart admitiu francamente que fosse assim, e tentou de modo pouco convincente fazer frente à objeção, afirmando que o comércio nos tempos medievais não era comércio em qualquer sentido maduro, mas se inspirava no espírito de artesanato e não num espírito capitalista.

mente, no entanto, é de uma definição para descrever as distintas instituições econômicas do mundo moderno de séculos recentes; e o que não sirva para isso será inútil para o objetivo intentado pela maioria dos investigadores.

Outra dificuldade, que se relaciona com a concepção idealista de Sombart, Weber e sua escola, é a de que, se o capitalismo como forma econômica é a criação do espírito capitalista, a gênese deste último terá de ser explicada antes de podermos explicar a origem do capitalismo. Se tal espírito capitalista for, ele próprio, um produto histórico, o que causou seu aparecimento no cenário histórico? A este enigma, nenhuma resposta satisfatória foi apresentada até hoje, a não ser a da coincidência acidental no tempo de diversos estados de espírito que convenientemente fundidos numa síntese de espírito de empresa e racionalidade formam o *élan vital* de uma era capitalista. A busca de uma causa levou ao debate insatisfatório e inconcludente quanto a ser verdade se o protestantismo engendrou o espírito capitalista (na afirmação de Weber e Troeltsch). E poucos motivos mais parece existirem para considerar o capitalismo como filho da Reforma do que para sustentar, com Sombart, que em grande parte foi criação dos judeus.¹⁷ Tampouco tal dificuldade em rastrear as *causae causantes* se prende, *mutatis mutandis*, como se supõe às vezes, a uma explicação das origens capitalistas apresentada em termos puramente econômicos. Embora seja verdade que por trás de qualquer transformação econômica devemos procurar uma ação humana, a ação iniciadora da transformação decisiva pode ser inspirada por intenção inteiramente estranha ao resultado final e, assim, mostrar-se simples produto da situação anterior; ao passo que, se o aparecimento de um novo sistema econômico deve ser explicado em termos de uma *idéia*, esta deverá abarcar "embrionariamente" a essência do futuro sistema; e o aparecimento maduro da idéia desse sistema, antes e na ausência do próprio sistema, tem de ser explicado.

Por outro lado, torna-se claro que, na medida em que nosso conhecimento se enriqueceu pela extensão da pesquisa na história econômica moderna das últimas décadas, a definição de capitalismo atualmente em uso pela historiografia marchou cada vez mais no sentido daquela inicialmente adotada e desenvolvida por Marx. A ênfase tem sido colocada cada

¹⁷ A afirmação de Weber e Troeltsch de que a ética protestante incentivou o espírito de cálculo, H.M. Robertson (em *Aspects of the Rise of Economic Individualism*) replicou, com algum peso, que pouco havia a escolher entre os autores protestantes e católicos em suas atitudes quanto a questões tais como cálculo comercial e livre comércio; Brentano e outros, desde seus tempos (Pirenne, por exemplo) têm mostrado ser possível achar muita aquisitividade capitalista antes da Reforma. Cf. P.C. Gordon Walker sobre "Capitalism and the Reformation", em *Econ. Hist. Review*, novembro de 1937; também A.E. Sayous em *Revue d'Histoire Economique et Sociale*, 1930, 427-44.

vez mais no aparecimento de um novo tipo de diferenciação de classes entre capitalista e proletário, ao invés de o ser no lucro como motivo da atividade econômica, focalizando-se a atenção cada vez mais no aparecimento de uma relação entre produtor e capitalista, análoga à relação de emprego entre patrão e assalariado no sistema industrial totalmente amadurecido no século XIX. Em geral, parece mais provável que tal se deva ao fato de ter o material descoberto pela pesquisa imposto tal ênfase à atenção dos historiadores, em sua busca das diferenças essenciais da era moderna, do que os mesmos se tenham predisposto a ela graças às obras de Marx. Assim temos Lipson pretendendo que os pontos essenciais do capitalismo já estavam presentes alguns séculos antes da Revolução Industrial e afirmando também que "o traço fundamental do capitalismo é o sistema salarial, sob o qual o trabalhador não tem direito de propriedade sobre os artigos por ele fabricados — não vende os frutos de seu trabalho, mas o seu próprio trabalho — distinção esta de significação econômica vital".¹⁸ Até mesmo Cunningham chegou bem perto dessa posição, ao afirmar que "o traço distintivo da organização capitalista da indústria é a posse dos materiais pelo empregador, que contrata o trabalhador e paga seus salários, alcançando subsequente um lucro pela venda dos bens" e ao acrescentar que "a intrusão de capital pode não causar grande modificação aparente nas condições sob as quais o trabalho é executado, mas causa tremenda modificação nas relações pessoais entre o trabalhador e seus companheiros, quando reduzido a uma posição de dependência". No entanto, ele não restringiu o termo capitalismo a uma determinada organização de indústria, dando-lhe em vez disso uma definição mais ampla e comercial como "uma fase em que a posse de capital e o hábito de aumentar o comércio se tornaram dominantes em todas as instituições da sociedade".¹⁹

2

Em nossa preocupação com a definição de um sistema econômico, não devemos deixar implícito que as fronteiras entre os sistemas devam ser

¹⁸ *Economic History*, 3ª ed., vol. II, XXVI. Contudo, Lipson acrescenta a isso que "se os bens não lhe pertencem porque o material é fornecido por outra pessoa, nesse caso é um assalariado, quer lhe pertençam os instrumentos de produção ou não". Se, no entanto, "a prova real é se o trabalhador tem qualquer propriedade sobre os bens que produz", e a propriedade dos meios de produção é posta de lado, não se entenderá então a definição também ao que geralmente se chama um sistema socialista? Em outro lugar, e de modo bastante curioso, Lipson fala da "aldeia medieval" como "organizada numa base capitalista". (*Ibid.*, 372.)

¹⁹ *The Progress of Capitalism in England*, 24, 73.

traçadas nas páginas da história como uma linha divisória bem clara. Como têm insistido corretamente aqueles que desconfiam de toda a falação sobre épocas, na realidade os sistemas jamais se encontram em sua forma pura, e, em qualquer período da história, elementos característicos, tanto de períodos anteriores, quanto dos posteriores, podem ser achados, às vezes, misturados numa complexidade extraordinária. Elementos importantes de cada nova sociedade, embora não forçosamente o embrião completo da mesma, acham-se na matriz da anterior, e as relíquias de uma sociedade antiga sobrevivem por muito tempo na nova. O que se acha implicado numa concepção de capitalismo como a por nós adotada é que, a não ser por intervalos de transição comparativamente breves, cada período histórico é modelado sob a influência preponderante de uma forma econômica única, mais ou menos homogênea, e deve ser caracterizado de acordo com a natureza desse tipo predominante de relação sócio-econômica. Daí mostrar-se mais esclarecedor em qualquer período dado falarmos em termos de um sistema homogêneo, e ignorarmos as complexidades da situação, pelo menos como primeira aproximação, do que proceder do modo contrário. Nosso interesse principal não estará no primeiro aparecimento de alguma forma econômica nova, nem o simples aparecimento da mesma justificará uma descrição do período posterior por um nome novo. De importância muito maior será o estágio em que a forma nova tiver atingido proporções que lhe permitam imprimir sua marca no todo da sociedade e exercer influência principal na modelagem da tendência do desenvolvimento. Também é verdade que o processo de modificação histórica, em sua maior parte, é gradual e contínuo. No sentido de que não há acontecimento que não possa ser ligado a algum acontecimento imediatamente anterior numa cadeia racional, ele poderá ser descrito como contínuo em toda parte. Mas o que parece forçosamente estar implicado em qualquer concepção do desenvolvimento dividido em períodos ou épocas, cada qual caracterizado por seu sistema econômico distinto, é que há pontos decisivos no desenvolvimento econômico nos quais o ritmo se acelera além do normal, e nos quais a continuidade é rompida, no sentido de uma mudança acentuada de direção na corrente de acontecimentos.

Tais pontos de mudança abrupta na direção do fluxo histórico correspondem às revoluções sociais que marcam a transição de um velho sistema para um novo. A opinião de que o desenvolvimento se caracteriza por revoluções periódicas permanece, portanto, em contraste com as opiniões de desenvolvimento econômico exclusivamente modelado em termos de variação quantitativa contínua, que vêem a mudança como uma simples função de algum fator crescente, seja ele população, produtividade, mercado, divisão de trabalho ou estoque de capital. Um dos principais defeitos destas últimas é sua tendência a ignorar, ou pelo menos a minimizar, aquelas cruciais novas propriedades que, em certos estágios, podem surgir e

transformar radicalmente o resultado — seja a ambição aventureira do empresário capitalista num período de crescentes oportunidades de lucro, seja a nova atitude quanto ao trabalho, numa sociedade coletivista e igualitária — e o caráter tendencioso que há em sua vocação para interpretar situações novas recorrendo a categorias de pensamento que são produto de situações passadas e para estabelecer “verdades universais”, super-históricas, modeladas no que dizem ser traços imutáveis da natureza humana ou certos tipos invariáveis de “necessidade” econômica ou social. As teorias do desenvolvimento formuladas em termos do “espírito de uma época”, singular e inconfundível, apresentam pelo menos o mérito de evitar essa tendência. Quando deixamos de falar metaforicamente, não é fácil definir imediatamente o tipo de acontecimentos aos quais a expressão “revolução social” geralmente pretende referir-se. Embora uma revolução social pareça conter a noção de descontinuidade, no sentido em que nos referimos a uma mudança abrupta de direção, esta perde seu significado simples quando deixamos de exprimi-la em termos de analogias espaciais. Embora tal revolução evidentemente inclua, também, a noção de um *ritmo* de mudança acelerado, seu significado não se confina a tal mudança. Os que concebem a mudança em termos de crescimento quantitativo simples podem admitir que a taxa de crescimento não é constante, mas sujeita a flutuações, passando às vezes por fases de aumento acelerado, como sucedeu com o aumento demográfico na parte final do século XVIII, sem introduzir em seu quadro qualquer noção de transições revolucionárias em que ocorra uma mudança qualitativa de sistema.

Se for correto sustentar que a concepção de sistemas sócio-econômicos, marcando estágios distintos no desenvolvimento histórico, não é simplesmente uma questão de conveniência, mas uma obrigação — não uma questão de títulos adequados para os capítulos, mas algo que diz respeito à construção essencial da narrativa, se esta deve ser verdadeira — então isso deve ser porque há uma qualidade nas situações históricas que, ao mesmo tempo, propicia a homogeneidade de configuração a qualquer tempo dado, e torna os períodos de transição, quando existe um equilíbrio de elementos discretos, inerentemente instáveis. Assim deve ser porque a sociedade se acha constituída de tal maneira que o conflito e a interação de seus elementos principais, ao invés do crescimento simples de algum único elemento, formam o fator principal de movimento e mudança, pelo menos no que diz respeito às transformações principais. Se esse for o caso, uma vez que o desenvolvimento tenha atingido um certo nível e os diversos elementos que constituem essa sociedade estejam dispostos de certo modo, os acontecimentos deverão marchar com rapidez incomum, não apenas no sentido de crescimento quantitativo, mas no de uma mudança de equilíbrio dos elementos constitutivos, resultando no aparecimento de composições novas e mudanças mais ou menos abruptas na tessitura da sociedade. Usan-

do uma analogia mais esclarecedora, é como se, em certos níveis de desenvolvimento, fosse acionado algo como uma reação em cadeia.

Está claro que o traço da sociedade econômica que produz esse resultado, e por isso se mostra fundamental à nossa concepção de capitalismo como uma ordem econômica distinta, característica de um período distinto da história, é que a história até hoje tem sido a de *sociedades de classes*, ou seja, de sociedades divididas em classes, nas quais uma delas, ou então uma coalizão de classes com algum interesse comum, constitui a classe dominante e se mostra em antagonismo parcial ou completo com a outra ou com as demais classes.²⁰ Isso tende a impor a qualquer período histórico dado uma certa uniformidade qualitativa, pois a classe social e politicamente dominante na época usará naturalmente seu poder para conservar e aumentar tal modo determinado de produção — tal forma determinada de relação entre classes — da qual depende sua renda. Se a modificação dentro dessa sociedade atingisse um ponto onde a hegemonia contínua dessa classe dominante fosse seriamente questionada, e o antigo equilíbrio de forças mostrasse sinais de perturbação, o desenvolvimento teria atingido um estágio crítico, onde a mudança que até então marchara teria de ser detida, ou, se continuasse, a classe dominante não poderia mais sê-lo e a outra, nova e ascendente, teria de tomar seu lugar. Tendo ocorrido essa transformação no equilíbrio de poder, o interesse da classe que ora ocupa as posições estratégicas estará claramente baseado na aceleração da transição, no rompimento das resistências de sua rival e antecessora e no aumento de sua própria resistência. O antigo modo de produção não será necessariamente eliminado de todo, mas logo reduzirá-se a uma escala até não ser mais um sério competidor do novo.²¹ Durante certo período o novo modo de produção, ligado às novas forças produtivas e potencialidades econômicas, deverá expandir-se muito além dos limites dentro dos quais o antigo sistema estava destinado a se mover, até que, por sua vez, as

²⁰ Cf. as observações de Pirenne que demonstram uma atitude quanto a essa concepção de desenvolvimento descontínuo devido ao surgimento sucessivo de diferentes classes: “Acredito que para cada período em que nossa história econômica [do capitalismo] possa ser dividida existe uma classe distinta e separada de capitalistas”. Como o grupo capitalista de uma época “não surge do grupo capitalista da época precedente”, segue-se que “a cada modificação na organização econômica encontramos uma quebra de continuidade”, e a história não é um plano inclinado, mas uma escada (“Stages in the Social History of Capitalism”, em *American Historical Review*, 1914, 494-5).

²¹ Não é necessário supor que tal seja feito como parte de um plano consciente a longo prazo, embora, na medida em que a classe dominante siga uma linha política definida, isso aconteça. Mas supõe, pelo menos, que os membros de uma classe adotem ação comum sobre determinadas questões (como acesso à terra, a mercados ou à mão-de-obra), e que a força maior lhes permita despojar seus rivais.

relações de classes e as formas políticas determinadas, nas quais a nova classe dominante afirma seu poder, entrem em conflito com algum desenvolvimento ulterior das forças produtivas, e a luta entre as duas seja levada a um clímax mais uma vez. No século XIX, em grande parte sob a influência de Hegel, geralmente se acreditava que a história da civilização consistia em uma sucessão de épocas marcadas pelo domínio de culturas nacionais sucessivas. De acordo com nossa ênfase atual, tal história antes consistiu em uma sucessão de sistemas de classes, cada qual com seu modo próprio de extrair renda para sua classe dominante. Na história econômica da Europa, pelo menos, algo se destaca e merece observação especial — o grau surpreendente de semelhança dos estágios principais pelos quais o desenvolvimento econômico passou. A cronologia desses estágios, naturalmente, tem-se mostrado bem diversa, e os pormenores da narrativa, formas e fases determinadas dentro de cada estágio principal, têm-se revelado notavelmente dessemelhantes. Mas uma unidade como a que podemos atribuir à Europa parece, com toda a probabilidade, dever-se à semelhança fundamental na forma que o desenvolvimento econômico de suas diversas partes tem mostrado no decorrer dos últimos dez séculos.

O interesse comum que estabelece um certo grupo social como classe, no sentido em que temos discorrido, não deriva de uma semelhança quantitativa de rendas, como às vezes se supõe: uma classe não consiste forçosamente de pessoas no mesmo nível de renda, nem as pessoas situadas num dado nível de renda, ou próximas dele, são obrigatoriamente unidas por uma identidade de objetivos. Também não basta dizer que uma classe consiste daqueles que derivam sua renda de uma fonte comum, embora seja a fonte e não o tamanho da renda o que se mostra aqui importante. Neste contexto, devemos referir-nos a algo inteiramente fundamental concernente às raízes que um grupo social possui numa determinada sociedade, ou seja, a relação que o grupo como um todo mantém com o processo de produção e, portanto, com os outros setores da sociedade. Em outras palavras, a relação que pode engendrar, num caso, um interesse comum em conservar e ampliar um determinado sistema econômico e, em outro, um antagonismo de interesses quanto a esta questão, deve ser uma relação com um determinado modo de extrair e distribuir os frutos do trabalho excedente, além e acima do trabalho que vai suprir o consumo do produtor efetivo. Como tal trabalho excedente constitui seu sangue vital, qualquer classe dominante terá de tratar a relação determinada que mantém com o processo de trabalho como sendo de importância decisiva para sua própria sobrevivência; e qualquer classe em ascensão que aspire a viver sem trabalhar com certeza considerará sua própria carreira, prosperidade e influência futuras como dependentes da aquisição de algum direito sobre o trabalho excedente alheio. "Um excedente do produto do trabalho além e acima dos custos de manutenção do trabalho", disse Friedrich Engels, "e

a formação e aumento, por meio desse excedente, de uma produção social e fundo de reserva, foi e é a base de todo progresso social, político e intelectual. Na história, até nossos dias, tal fundo tem sido posse de uma classe privilegiada, à qual também têm cabido, juntamente com essa posse, a supremacia política e a liderança intelectual."²²

A forma sob a qual o trabalho excedente tem sido apropriado difere nos diversos estágios da sociedade e tais variedades de forma têm sido associadas ao uso de diversos métodos e instrumentos de produção e aos diferentes níveis de produtividade. Marx se referiu ao próprio capitalismo dizendo estar ele "como qualquer outro modo de produção definido, condicionado a certo estágio de produtividade social e à forma historicamente desenvolvida das forças produtivas. Esse pré-requisito histórico é em si próprio o resultado histórico e o produto de um processo precedente, do qual o novo modo de produção faz sua partida como de sua dada fundação. As condições de produção correspondentes a esse modo de produção específico, historicamente determinado, apresentam um caráter passageiro, específico e histórico".²³ Num estágio de desenvolvimento social, em que a produtividade do trabalho se mostra bem baixa, qualquer renda substancial e regular para uma classe ociosa, vivendo da produção mas sem contribuir para ela, se tornará inconcebível, a menos que se fundamente na rigorosa compulsão dos produtores; e nesse sentido, como Engels observou, a divisão em classes num estágio primitivo de desenvolvimento econômico "apresenta certa justificação histórica".²⁴ Numa sociedade predominantemente agrícola, as relações decisivas estarão ligadas à posse da terra; e, posto que provavelmente a divisão do trabalho e a troca poderão mostrar-se pouco desenvolvidas, o trabalho excedente tenderá a ser executado diretamente como obrigação pessoal ou tomar a forma da entrega de uma certa cota de seu produto, pelo cultivador, como tributo em espécie, a um senhor. O crescimento da indústria, que acarreta a invenção de novos e variados instrumentos de produção, produzirá novas classes e, por criar novos problemas econômicos, requererá novas formas de apropriação do trabalho excedente em benefício dos donos dos novos instrumentos de produção. A sociedade medieval se caracterizava pela execução obrigatória de trabalho excedente pelos produtores; produtores que se achavam na posse de seus próprios instrumentos primitivos de cultivo e estavam ligados à terra. A sociedade moderna, em contraste, se caracteriza, como vimos, por uma relação entre o trabalhador e o capitalista, que toma uma forma

²² *Anti-Dühring*, 221.

²³ *Capital*, vol. III, 1023-4. Marx acrescenta que "as condições de distribuição mostram-se essencialmente idênticas a essas condições de produção, sendo seu lado oposto".

²⁴ *Op. cit.*, 316.

puramente contratual e se mostra indistinguível, em aparência, de qualquer das outras transações múltiplas de mercado livre de uma sociedade de trocas. A transformação da forma medieval de exploração do trabalho excedente para a moderna não foi processo simples que possa ser apresentado como uma tabela genealógica de descendência direta, mas ainda assim, entre os remoinhos desse movimento, é possível distinguirem-se certas linhas de direção do fluxo. Tais linhas incluem não apenas modificações na técnica e o aparecimento de novos instrumentos de produção, que aumentaram grandemente a produtividade do trabalho, mas uma crescente divisão do trabalho e, por consequência, o desenvolvimento das trocas, bem como uma crescente separação entre o produtor e a terra e os meios de produção e seu aparecimento como proletário. Dessas tendências orientadoras da história dos cinco séculos passados, uma importância especial se prende à última, não só porque tem sido tradicionalmente atenuada e decorosamente velada por fórmulas acerca da passagem de uma relação caracterizada pelo *status* a outra caracterizada pelo contrato, mas porque trouxe para o centro do palco histórico uma forma de compulsão ao trabalho em favor de outrem de índole puramente econômica e "objetiva", lançando assim uma base para essa forma peculiar e mistificadora pela qual uma classe ociosa pode explorar o trabalho excedente das outras e que é a essência do sistema moderno ao qual chamamos capitalismo.

3

O desenvolvimento do capitalismo se classifica numa série de estágios, caracterizados por níveis diversos de maturidade e cada qual reconhecível por traços bastante distintos. No entanto, quando buscamos fazer o levantamento de tais estágios, e escolher um deles como marcando o estágio inicial do capitalismo, surge uma consideração imediata acerca da qual é de alguma importância não existir confusão. Se falarmos do capitalismo como modo de produção específico, segue-se que não podemos datar a aurora desse sistema dos primeiros sinais do aparecimento do comércio em grande escala e de uma classe mercantil, nem podemos falar de um período especial de "capitalismo mercantil", como têm feito muitos. Temos de buscar o início do período capitalista apenas quando ocorrem mudanças no modo de produção, no sentido de uma subordinação direta do produtor a um capitalista.²⁵ Não se trata aqui apenas de uma questão de terminologia, mas

²⁵ Alguns parecem, no entanto, ter usado o termo "capitalismo mercantil" como se aplicando não à mera existência de grandes capitais e mercados especializados na

de substância; pois significa que, se estivermos certos, o aparecimento de uma classe puramente mercantil não terá por si só significado revolucionário; que seu surgimento exercerá uma influência muito menos fundamental sobre a configuração econômica da sociedade do que o surgimento de uma classe de capitalistas cujas fortunas estejam intimamente ligadas à indústria; e que, embora uma classe dominante, quer de proprietários de escravos, quer de senhores feudais, possa passar a comerciar ou entrar em aliança íntima com comerciantes, é improvável que uma classe mercantil, cujas atividades são essencialmente as de intermediário entre produtor e consumidor, procure converter-se em uma classe dominante na qualidade radical e exclusivo do qual falávamos há pouco. Como sua riqueza tenderá a se prender ao modo de produção existente, será mais provável que seja induzida a preservar esse modo de produção, ao invés de transformá-lo. Ela deverá esforçar-se por "entrar" numa forma existente de apropriação do trabalho excedente, mas não é provável que tente modificar essa forma.

Quando examinamos a história do capitalismo concebida desse modo, torna-se claro que devemos situar sua fase inicial na Inglaterra, não no século XII como faz Pirenne (que pensa principalmente na Holanda), nem mesmo no século XIV com seu comércio urbano e ligas artesanais como têm feito outros, mas na segunda metade do século XVI e início do século XVII, quando o capital começou a penetrar na produção em escala considerável, seja na forma de uma relação bem amadurecida entre capitalista e assalariados, seja na forma menos desenvolvida da subordinação dos artesãos domésticos, que trabalhavam em seus próprios lares, a um capitalista, própria do assim chamado "sistema de encomendas caseiro". É bem verdade que já antes disso podem ser encontrados exemplos bem numerosos de uma situação transitória em que o artesão perdera grande parte de sua independência, pela dívida ou diante do monopólio dos comerciantes atacadistas, e se apresentava em relações de alguma dependência com um mercador, dono de capital. Também é verdade que no século XIV, ou mesmo antes, existia em número considerável o que podemos chamar (para usar a terminologia moderna) de tipos *kulak* de empreendimento — o camponês bem de vida na aldeia, o comerciante local, ou trabalhador-proprietário nos artesanatos urbanos, empregando trabalho assalariado. Estes, no entanto, parecem ter sido pouco numerosos e insuficientemente amadurecidos, para serem tomados como muito mais do que um capitalismo adolescente, não chegando a justificar que situemos a existência do capita-

esfera do comércio, mas ao período inicial do capitalismo, quando a produção se subordinava ao "mercador-fabricante" no sistema de trabalho caseiro ou externo. Os comentários no texto, é claro, não se referem a esse uso do termo.

lismo, já nessa altura, como novo modo de produção, suficientemente claro e extenso a ponto de constituir um desafio sério a outro mais antigo. De qualquer forma, podemos dizer com bastante certeza que um modo capitalista de produção e uma classe particular de capitalistas especificamente ligados ao mesmo não alcançaram importância decisiva como influência sobre o desenvolvimento social e económico até as décadas finais da era dos Tudor.

Na carreira do capitalismo, a partir dessa data, torna-se evidente que existem dois momentos decisivos. Um deles está no século XVII: nas transformações políticas e sociais desse período decisivo, inclusive a luta dentro das corporações privilegiadas, que as pesquisas de Unwin trouxeram à luz, e a luta parlamentar contra o monopólio, com seu ápice na revolução cromwelliana, cujos resultados estiveram muito longe de desaparecer, a despeito de certa medida de compromisso e de reação, durante o período da Restauração. O segundo momento é o da Revolução Industrial no final do século XVIII e primeira metade do século XIX, cuja importância foi essencialmente económica, apresentando um reflexo dramático menos importante, porém nunca desprezível, sobre a esfera política. Ela se mostrou tão decisiva para todo o futuro da economia capitalista, tão radical como transformação da estrutura e organização da indústria, que levou alguns a considerá-la como as dores do parto do capitalismo moderno, e, portanto, o momento mais decisivo no desenvolvimento económico e social desde a Idade Média. Não obstante, o conhecimento e juízo mais maduros de hoje indicam claramente que aquilo que a Revolução Industrial representou foi a transição de um estágio inicial e ainda imaturo do capitalismo, em que o modo de produção pré-capitalista fora penetrado pela influência do capital, subordinado ao mesmo, despido de sua independência como forma económica, mas ainda não inteiramente transformado, para um estágio em que o capitalismo, com base na transformação técnica, atingira seu próprio processo específico de produção apoiado na unidade de produção em grande escala e coletiva da fábrica, efetuando assim um divórcio final do produtor quanto à participação de que ainda dispunha nos meios de produção e estabelecendo uma relação simples e direta entre capitalista e assalariados.

Mas, se localizarmos a origem do modo de produção capitalista dessa forma, parece que se nos apresenta de imediato uma séria dificuldade. Para termos coerentes, não deveríamos reconhecer três momentos decisivos, em vez de apenas dois, na transição do modo de produção medieval para o capitalista: o terceiro, e primeiro deles no tempo, seria o que marca a desintegração do feudalismo? E, se admitirmos a existência de um tal período anterior decisivo de transição, como iremos caracterizar o sistema económico do período que transcorre entre esse momento e fins do século XVI, período esse que, de acordo com nossa cronologia, parece não ter sido feudal, nem ainda capitalista, no que diz respeito ao modo de

produção? Certamente é verdade que o século XIV testemunhou uma crise da antiga ordem feudal, seguindo bem de perto o surgimento das cidades corporativas com grau considerável de autonomia local, política e económica, bem como uma influência grandemente aumentada nos negócios nacionais. Nessa crise o modo de produção feudal, baseado na servidão, foi seriamente abalado e atingiu um adiantado estágio de desintegração, cujos efeitos foram vistos na *malaise* da economia senhorial do século seguinte. Contudo, a menos que identifiquemos o fim do feudalismo com o processo de comutação — assunto sobre o qual falaremos mais adiante — não poderemos falar ainda do fim do sistema medieval e ainda menos do desmontamento da classe dominante medieval. Também é verdade, e de importância excepcional para qualquer compreensão adequada dessa transição, que a desintegração do modo de produção feudal já alcançara um estágio adiantado antes do modo de produção capitalista se desenvolver, e que tal desintegração não prosseguiu em qualquer ligação íntima com o crescimento do novo modo de produção na matriz do antigo. Os poucos mais de duzentos anos transcorridos entre Eduardo III e Elisabete foram certamente de caráter transitório. Uma burguesia mercantil crescera em riqueza e influência. Tendo conquistado certa medida de privilégios, surgia mais em posição de parceira do que de antagonista da nobreza e, nos tempos dos Tudor, fundiu-se parcialmente com a mesma. Seu aparecimento exerceu pouco efeito direto sobre o modo de produção, e seus lucros vinham da extração de vantagens de diferenças de preço no espaço e no tempo, devidas à imobilidade prevaiente de produtores e seus modestos recursos — diferenças essas que buscava manter e mesmo ampliar graças a seus privilégios monopolistas.²⁶ Nos artesanatos urbanos e no surgimento de agricultores livres de boa ou média posição, vemos um modo de produção que conquistara sua independência com relação ao feudalismo: a pequena produção do trabalhador-proprietário, artesão ou camponês, que não era ainda capitalista, embora contivesse em si o embrião das relações capitalistas e até mesmo mostrasse sinais de submeter-se ao capital de fora. Tal tipo de economia continuou, no entanto, a ser um elemento subordinado.

²⁶ Cf. o penetrante comentário de Marx, no sentido de que "o Capital Mercantil é a forma histórica de capital bem antes do capital ter subornado a produção ao seu controle... O capital se desenvolve na base de um modo de produção independente e exterior a ele, (e) o desenvolvimento independente do capital mercantil se apresenta, portanto, em proporção inversa ao desenvolvimento geral da sociedade" (*Capital*, vol. III, 384). Também Pirenne: "Numa era em que a fome local era contínua, bastava compr... uma quantidade pequena de cereais por preço baixo nas áreas onde se mostravam abundantes para se conseguir lucros fabulosos, que podiam então ser aumentados pelos mesmos métodos. Assim a especulação... contribuiu bastante para a fundação das primeiras fortunas comerciais (*Economic and Social History of Medieval Europe*, 48).

do na sociedade, sendo preciso lembrar que a maioria dos pequenos arrendatários, embora pagasse uma renda em dinheiro (mais um pagamento costumeiro do que uma "renda econômica"), achava-se ainda em grande parte presa de diversos modos e subordinada à autoridade senhorial; e, malgrado as terras fossem em sua maior parte trabalhadas por assalariados, esse trabalho se achava ainda sujeito a boa dose de compulsão *de facto* e vinha em grande parte de pessoas que ainda tratavam os salários como uma forma suplementar, e não de subsistência. O trabalhador podia ser forçado a aceitar trabalho por um salário legal e era impedido de mudar de aldeia sem permissão do senhor local. Na verdade, a legislação do século XIV roubava dos homens livres mais pobres o que antes os distinguia dos *villani adscripti glebae*: a liberdade de mudar-se à vontade. As relações sociais no campo, entre produtores e seus senhores e patrões, mantinham boa parte de seu caráter medieval, e, pelo menos, boa parte do invólucro da ordem feudal.

Discussões sobre se certas mudanças, como as do final do século XVIII, merecem ou não o título de revolução, concentraram-se frequentemente não só no ritmo da transformação, mas em sua simultaneidade em ramos diferentes da indústria, como se isso constituísse uma questão decisiva. Para evitar o mal-entendido, talvez seja melhor declarar logo que a história do capitalismo e os estágios de seu desenvolvimento não apresentam formalmente as mesmas datas para as diferentes partes do país ou indústrias diversas e, em certo sentido, estaríamos certos em falar não de uma única história do capitalismo, e da forma geral apresentada por ela, mas de uma coleção de histórias do capitalismo, todas com uma semelhança geral de forma, mas cada qual separadamente datada no que diz respeito aos seus estágios principais. Em outras palavras, diversas regiões da Inglaterra (e, em certa medida até mesmo diversas cidades desse país) tiveram, digamos, nos séculos XIV e XV, suas diferentes histórias econômicas, do mesmo modo como o desenvolvimento econômico de diversas nações européias no século XIX é corretamente tratado como narrativas em grande parte separadas. Isso parece mais verossímil à medida que retrocedemos nos séculos e menos verdadeiro para o presente período. Nesse particular, o aparecimento do próprio capitalismo é uma poderosa influência coordenadora. Quando vemos o país como um todo, alguma transição decisiva poderá dar a aparência de ser um processo tão demorado que tome o título de revolução econômica uma denominação imprópria, mas em qualquer setor semi-autônomo o ritmo de movimento poderá mostrar-se muito mais claramente delineado. Importante é a velocidade com que, em qualquer dado setor, uma cadeia de mudanças consideráveis se segue à ocorrência de algum acontecimento decisivo — velocidade comparada com a taxa de mudança nesses fatores em tempos mais normais — e não necessariamente a simultaneidade desse acontecimento decisivo e sua cadeia de consequências nos diversos setores. Nessa conexão, realmente, encontramos uma distin-

ção importante entre transições principais de uma forma de hegemonia de classe para outra, das quais já falamos, e as transições secundárias que marcam os estágios dentro da vida de um dado sistema econômico (às quais aparentemente se referia o Professor Pirenne ao falar de desenvolvimento do capitalismo como tendo a forma de "uma escada"). Onde uma nova classe, ligada a um novo modo de produção, se torna dominante e expulsa os representantes da antiga ordem econômica e social antes dominantes, a influência dessa revolução política terá necessariamente de sentir-se em toda a área daquela unidade política dentro da qual o poder foi transferido, e as consequências imediatas devem nesse caso ser aproximadamente simultâneas por toda essa área. É essa mudança de política, e daí a direção em que sua influência se exerce, em nível nacional, o que dá a momentos como a revolução inglesa do século XVII, 1789 na França ou 1917 na Rússia, seu significado especial.

O desenvolvimento do capitalismo através das fases principais de sua história se ligou essencialmente à transformação técnica que afeta o caráter da produção e por esse motivo os capitalistas ligados a cada nova fase tenderam a ser, pelo menos inicialmente, uma camada diferente de capitalistas com relação àqueles que tinham aplicado seu capital no tipo mais antigo de produção. Foi acentuadamente esse o caso na Revolução Industrial. Os pioneiros das novas formas técnicas eram, em sua maioria, homens novos, desprovidos de privilégio ou posição social, que compreendiam uma luta contra os privilégios de interesses estabelecidos, mais antigos, em nome do liberalismo econômico. Para expandir-se, esses homens novos muitas vezes tinham de recorrer ao capital em parceria com capitalistas de posição mais antiga; às vezes, fabricantes-comerciantes que antes tinham financiado a indústria doméstica montaram fábricas e, gradualmente, o capital se transferiu dos antigos para o novos, de modo que o antagonismo entre as camadas capitalistas mais antigas e os *nouveaux-riches* da nova indústria nunca se aprofundou demais. Por sua vez, a alteração na estrutura da indústria afetou as relações sociais dentro do modo de produção capitalista, influenciando radicalmente a divisão do trabalho, diminuindo as fileiras do pequeno trabalhador-proprietário subempreiteiro, artesão intermediário entre capitalista e assalariado, e transformando a relação entre o trabalhador e o próprio processo produtivo.

Seria enganoso, no entanto, supor que tais relações sociais fossem o reflexo passivo de processos técnicos e ignorar a medida em que as modificações nelas ocorridas exerceram uma influência recíproca, às vezes decisiva, sobre a forma de desenvolvimento. Na verdade, elas são a concha dentro da qual tem lugar o próprio crescimento técnico. Se a concepção de capitalismo e de seu desenvolvimento aqui adotada é válida, parecerá seguir-se que qualquer modificação nas circunstâncias que afetam a venda dessa mercadoria decisiva, a força de trabalho, quer diga respeito à abun-

dância e escassez relativas de mão-de-obra, ou ao grau em que os trabalhadores se acham organizados e agem em conjunto ou podem exercer influência política, deve afetar vitalmente a prosperidade do sistema e com isso o ímpeto de seu movimento, as normas social e econômica dos dirigentes da indústria e até mesmo a natureza da organização industrial e a marcha da técnica. No caso extremo, ela será decisiva em afetar a estabilidade do sistema. Nos capítulos seguintes, a influência exercida pelas condições mutáveis do mercado de trabalho será, certa ou erradamente, um tema recorrente. Pode ser que tal influência se estenda a esferas situadas fora do alcance deste estudo, com efeitos menos evidentes do que aqueles dos quais logo falaremos. Por exemplo, dois autores recentemente sugeriram uma ligação entre a condição mutável do mercado de trabalho e a atitude do Estado quanto à punição de crime, sendo essa atitude aparentemente menos dura e mais inclinada a considerações de ordem humana em épocas de escassez de mão-de-obra, quando o trabalho dos condenados era muito procurado, do que em épocas em que a reserva de mão-de-obra era grande e a vida proletária, por consequência, bem barata.²⁷ A respeito da influência desse fator sobre a política econômica, aventuraremos uma afirmação geral, quando menos como uma hipótese para investigações mais especializadas. Parece existir pelo menos uma evidência *prima facie* para ligarmos períodos nos quais a política do Estado numa sociedade de classes marcha em direção da regulamentação econômica a períodos de escassez de mão-de-obra, real ou temida, e períodos nos quais a política do Estado se inspira num espírito de liberalismo econômico a uma situação oposta. Os motivos que levam o Estado em qualquer época a promover uma intervenção na produção podem ser variados e complexos, como também o podem ser as possíveis formas e objetos de intervenção. Uma situação conducente a um tipo de intervenção pode não o ser a outro. Mas quando a intervenção do Estado ocorreu no passado como política examinada e determinada, adaptada às circunstâncias normais do tempo de paz, os dois objetivos que parecem principalmente ter nela atuado são a execução de um monopólio em favor de algum grupo de capitalistas, ou o reforço das obrigações da disciplina de trabalho,²⁸ e devemos esperar que os esforços do Estado numa sociedade capitalista, no sentido de controlar salários e restringir a liberdade de movimento do trabalhador, sejam maiores se a reserva de mão-de-obra se mostrar exaurida do que quando ela for bem ampla.

²⁷ G. Rüsche e Kirchheimer, *Punishment and Social Structure*.

²⁸ Fala-se aqui primordialmente de regulamentos e controles governando o preço, produção ou entrada num ofício ou mudança de emprego, do tipo comum sob o sistema mercantilista e também em tempos recentes, e não de legislação como as Leis Fabris ou previdência social, que não afetam tão diretamente as relações de intercâmbio ou de produção e geralmente possuem uma motivação e significado diferentes.

A suposição de que um *motif* dominante do *Étatisme* numa sociedade de classes está no controle do mercado de trabalho é reforçada pelo fato de que a intervenção estatal tendeu a crescer em países da Europa ocidental no século XIV e início do século XV, período de escassez quase mundial de mão-de-obra (por exemplo, na França, a proclamação de João, o Bom, destinada a controlar as organizações profissionais em Paris, e, na Inglaterra, o controle estatutário dos salários) e, de novo, no século XVII, que foi na França, por exemplo, a era de Sully, Laffemas e Colbert; enquanto o século XIX, um período de abundante reserva de mão-de-obra e rápido aumento demográfico, testemunhou os maiores triunfos do *laissez-faire*.²⁹ A hipótese tem, pelo menos, muita coisa a recomendá-la, ao afirmar que a liberdade floresce melhor sob o capitalismo quando, por motivo de um proletariado superabundante, o modo de produção se acha seguro, ao passo que a compulsão legal se destaca logo que os empregos competem em busca de quem os ocupe e o modo de produção se torna menos lucrativo como fonte de renda para o capital, e menos estável.

Em contraste com o quadro de uma política flutuante do Estado quanto à indústria, como realmente a encontramos, o capitalismo às vezes tem sido representado sob o aspecto de uma luta constante pela liberdade

²⁹ Cf. E. Heckscher (*Mercantilism*, vol. I), que sugere que o aumento dos salários após a Peste Negra "proporcionou um motivo poderoso para a primeira intervenção por parte do Estado" (p. 138), que "quase sempre se exerceu do lado dos mestres" (p. 148). Aproximando-se o final do século XV, no entanto, houve uma modificação da política oficial na França, e uma reversão parcial a um regime de autogoverno da guilda. Quanto ao século XVII, cf. P. Boissonnade, *Le Socialisme d'État: l'Industrie et les Classes Industrielles en France, 1455-1661*, que se refere à disciplina rígida a que aprendizes e trabalhadores se encontravam submetidos naquele século, "semelhante à dos quartéis militares ou dos conventos", e à política estatal, concernente às guildas, que favorecia o *patronat* contra o trabalhador e, em vista das queixas gerais de escassez de mão-de-obra, proibia as associações e assembleias de trabalhadores, punindo os que mudassem de emprego (pp. 295-305). A despeito dos *syndicats* legais e das revoltas e insurreições dos trabalhadores em diversas cidades em vários anos entre 1622 e 1660, esse parece ter sido um período de piores condições entre os trabalhadores, que "vivem num estado próximo à nudez", em condições de "miséria assustadora" (pp. 307-8): estado de coisas que continuou sob Colbert (Boissonnade, *Colbert, 1661-83*; H. Hauser, *Les Débuts du Capitalism*, 36-9, 102-6, 161 em diante). Cf. também a referência de Weber ao caráter não-desenvolvido de um proletariado no continente europeu como motivo do "cultivo deliberado pelo Estado" da indústria na França e Alemanha (*General Econ. History*, 164). É bem verdade que no século atual temos novamente uma era de arbitramento compulsório, de salários tanto mínimos quanto máximos, e do Estado Corporativo, combinado a um desemprego total aumentado entre as duas guerras. Mas essa situação moderna é peculiar nesse aspecto, por ser dominada pelo surgimento de organizações poderosas da classe assalariada. Há evidente ligação, no entanto, entre o crescimento das despesas com armamento na década de 1930, diminuindo a reserva de mão-de-obra, e o crescimento da coação pelo Estado sobre a mesma.

econômica, pois só na ausência de regulamentação e controle ele pode achar condições favoráveis para expansão. Conforme essa opinião, o capitalismo é o inimigo histórico da restrição legal e do monopólio, sendo este último o produto da intromissão ilegítima do Estado no domínio econômico, empenhado na busca do poder, em vez de visar à abundância ou à estabilidade social à custa da prosperidade comercial. No entanto, vemos aí pouca semelhança com o quadro real e, mais adiante, o papel do monopólio nos diversos estágios do capitalismo, ajudando, num primeiro momento, o aparecimento da burguesia e o progresso da acumulação de capital, e, de outras vezes, detendo o desenvolvimento técnico, será acentuado com frequência. Embora ao atingir a maturidade, o capitalismo movesse guerra contra os privilégios monopolistas das guildas artesanais e corporações comerciais que lhe barravam o caminho, posteriormente revelou não ser de todo hostil à aceitação de privilégios econômicos e à regulamentação estatal do comércio em seu próprio interesse, como demonstra a história subsequente do mercantilismo. No século XIX, principalmente na Inglaterra, temos também a nova indústria fabril a erguer a bandeira de livre acesso aos mercados e às fontes de mão-de-obra e a reivindicar o direito de competir em termos de igualdade com os rivais estabelecidos há mais tempo, a fim de abrir caminho para suas forças produtivas notavelmente aumentadas. Mas, a não ser nas circunstâncias especialmente favoráveis da Inglaterra como pioneira da nova técnica, tal entusiasmo pela liberdade de comércio raras vezes se mostrou incondicional e, em fins do século, a concorrência iria novamente ceder lugar ao monopólio, com o comércio livre retirando-se antes da aurora do que tem sido chamado uma era de neomercantilismo. Podemos até dizer que só em períodos excepcionais, quando mercados e oportunidades lucrativas se expandem em grau incomum, é que cessa o medo crônico ao aumento dos produtos e da capacidade produtiva que esse sistema parece nutrir, e sua tendência inata para as normas restritivas, nascida desse medo, passa a estado latente.

Dois comentários finais de natureza geral parecem pertinentes, como introdução aos estudos mais detalhados que virão a seguir. A ênfase de nossa abordagem à interpretação do capitalismo está em que as modificações no caráter da produção, e nas relações sociais que giram em torno dele, exerceram em geral uma influência mais profunda e poderosa sobre a sociedade do que as modificações nas relações comerciais *per se*. No entanto, tal não deve ser tomado como implicando que o comércio e os mercados não tenham, por sua vez, tido uma importante influência recíproca sobre a produção e não devam representar papel destacado em diversos pontos da narrativa. Não só foi o comércio o terreno do qual surgiu primeiramente uma burguesia; não só seu impacto sobre a aldeia medieval teve poderosa influência, ainda que indireta, pela promoção de uma diferenciação entre o campesinato em camponeses prósperos e camponeses

pobres, fomentando assim o crescimento de um semiproletariado rural entre os últimos; não só os mercados formaram os moldes pelos quais a indústria se estabeleceu, sendo eles mesmos dependentes do crescimento da produção; mas também podemos dizer que são os períodos de crescimento em crescimento rápido, bem como de crescente oferta de trabalho, os períodos *par excellence* de expansão industrial, de progresso tanto na técnica produtiva quanto nas formas de organização; enquanto é aparentemente quando os mercados se contraem que a preocupação quanto a uma rotina segura e a consolidação de uma posição estabelecida tendem a expulsar o espírito de aventura e se instala um enrijecimento nas juntas da indústria capitalista. Comparado a sistemas anteriores, não resta dúvida que o capitalismo moderno se mostrou progressista em grau elevado — de acordo com o tributo bem conhecido que lhe é prestado por Marx e Engels no *Manifesto Comunista*, “a burguesia desempenhou papel extremamente revolucionário no palco da história ... foi a primeira a nos mostrar o que a atividade humana pode realizar ... não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção e, por consequência, as relações de produção”. Mas tal influência progressista do capitalismo não se deveu tanto a que, por alguma qualidade duradoura de sua natureza, o sistema prospere pela inovação contínua quanto ao fato de seu período de maturação estar associado a uma flutuação incomum de mercados, bem como a uma taxa anormal de crescimento de sua oferta de trabalho. Que tal tenha sido o caso no século XIX e, na América, durante as três primeiras décadas do século XX, não justifica supomos que tal constelação favorável vá continuar indefinidamente, e logo veremos que não falta evidência a sugerir que isso já pode ser coisa do passado. Essa influência a longo prazo, no entanto, como aquela que a configuração mutável dos mercados exerceu sobre o desenvolvimento econômico, parece ter ocorrido primordialmente *através* de seu efeito sobre a produção, como um dos fatores condicionantes da última, e, à parte isso, a esfera de comércio não parece ter sido a fonte de qualquer onda poderosa de influência que se tenha espalhado diretamente a partir dali, em círculos amplos, por toda a superfície da sociedade.³⁰

³⁰ Não pretendemos fazer, com isso, uma afirmação sobre a ordem de “importância” dos diferentes fatores na promoção da mudança. Trata-se simplesmente de uma afirmação a respeito do *modus operandi* das seqüências causais e do papel operacional diante de diversos fatores num processo de desenvolvimento. A distinção referida parece semelhante à feita por J.S. Mill entre um acontecimento que é a *causa imediata* de alguma mudança e um acontecimento (ou mais de um) que exerce uma influência, não por produzir diretamente a mudança, mas por *preparar* certos elementos de uma situação na direção relevante. “um caso de causação no qual o efeito é investir um objeto com uma certa propriedade” ou a “preparação de um objeto para a produção de um efeito” (*System of Logic*, 9ª ed., vol. I, 388-90).

Se a forma do desenvolvimento econômico for como a descreevemos, parece seguir-se um corolário específico para a análise econômica: corolário esse da maior importância, pois vale dizer que, para compreender os movimentos do sistema econômico em qualquer dado período, as qualidades peculiares ao sistema são mais importantes do que as que possa ter em comum com outros sistemas; e não compreenderemos grande coisa de suas tendências de desenvolvimento a longo prazo se derivarmos nossos conceitos simplesmente das relações de troca, traçando uma linha entre elas e aquele tipo especial de fator institucional que compõe o que Marx chamou de modo de produção da época. A teoria econômica, pelo menos desde Jevons e os austríacos, tem sido modelada cada vez mais em termos de propriedades comuns a qualquer tipo de sociedade de trocas; e as leis econômicas principais têm sido formuladas nesse nível de abstração.³¹ O

³¹ Alguns parecem ter reivindicado para as proposições da teoria econômica um caráter universal e necessário, semelhante ao das chamadas "proposições sintéticas *a priori*". O Professor Hayek, seguindo uma linha de pensamento aberta por Weber, declarou que os objetos que constituem a matéria das Ciências Sociais não são "fatos físicos", mas totalidades "constituídas" de "categorias familiares às nossas próprias mentes". "As teorias das Ciências Sociais não consistem em 'leis' no sentido de regras empíricas sobre o comportamento de objetos definíveis em termos físicos": tudo que proporcionam é "uma técnica de raciocínio que nos ajuda a ligar fatos individuais, mas que, como a Lógica ou a Matemática, não é sobre os fatos", e "nunca pode ser verificada ou negada por referências aos fatos". "Tudo quanto podemos e devemos verificar é a presença de nossas suposições no caso particular... A própria teoria... só pode ser testada com relação à consistência" ("The Facts of the Social Sciences", em *Ethics*, outubro de 1943, pp. 11, 13).

Essa afirmação bastante surpreendente advém da opinião de que as "totalidades" de que tratam as teorias sociais lidam com relações não definíveis em termos de propriedades físicas comuns, mas apenas em termos *teleológicos* de atitudes que reconhecemos como semelhantes por analogia com o caráter de nossas próprias mentes. Daí, do conhecimento de nossas próprias mentes poderemos derivar *a priori* todas as noções gerais que constituem a forma da matéria da teoria social. No que diz respeito à Economia, essa opinião parece depender da seleção do *mercado* como a província única da Economia, e do problema de "adaptar meios escassos a dados fins" como o aspecto do mercado sobre o qual se focaliza o estudo econômico ("fins" definindo-se subjetivamente em termos de desejos humanos).

Tal opinião reconhecidamente não se aplica a fenômenos passíveis de medição estatística (estatística vital, por exemplo) nem presumivelmente a instituições tais como o trabalho forçado, a posse individual de propriedade, a distinção entre homens com propriedade e outros sem ela; parecendo tudo isso inteiramente passível de classificação em termos de suas propriedades físicas, sem referência às atitudes mentais. Além disso, não está absolutamente claro porque se supõe que coisas como dinheiro ou capital não são definíveis em termos dos usos reais que vemos deles serem feitos, em vez de "em termos das opiniões que as pessoas têm a seu respeito". [Se o dinheiro for definido como algo que não dá satisfação direta, mas *considerado* apenas como um meio pelo qual as coisas que permitem satisfação podem ser adquiridas, nesse caso tal definição deverá ser em termos do juízo mental das pessoas; mas não se o dinheiro

material institucional ou histórico-relativo, embora não de todo excluído, tem sido introduzido apenas no segundo andar do edifício, sendo tratado em sua principal parte como variações em "dados" capazes de influenciar o valor das variáveis, pertinentes, mas sem alterar as próprias equações principais, pelas quais as relações dominantes são definidas. Daí traçar-se uma linha demarcatória entre uma esfera autônoma de relações de troca dotada de propriedades e governada por necessidades em sua maior parte independentes de qualquer mudança de "sistema" — esfera que é a província dos economistas — e a esfera de instituições de propriedade e relações de classes que é o território onde sociólogos e historiadores das instituições, com seus discursos sobre "sistemas", podem fazer todo o espalhamento que quiserem. Mas, se o fator principal no desenvolvimento econômico é social, senão no político, dos últimos-quatro ou cinco séculos tem sido algo chamado capitalismo, e este é como o descreevemos, tal dicotomia é insustentável.³² Uma esfera autônoma de relações de troca, cujos conceitos ignoram a diferença qualitativa na ligação de diversas classes com a produção e, portanto, entre si, para concentrar-se em sua semelhança como fatores quantitativos num problema abstrato de determinação de preços, não pode claramente revelar muita coisa sobre o desenvolvimento econômico da sociedade moderna. Além disso, a alegada autonomia dessa esfera entra, ela própria, em questão.

Considerar as relações de troca como território autônomo para uma ciência econômica especial parece significar que uma narrativa causal quase

for definido substancialmente como algo costumeiramente usado como meio de adquirir coisas que as pessoas comem, vestem, usam como combustível ou para ornar suas casas, sem ser por si próprio usado em qualquer desses modos. O fato de que nem sempre possamos decidir se classificamos como ornamentos ou como dinheiro certos colares usados pelos ilhéus do oceano Pacífico, sem intuição quanto aos seus processos mentais, não parece bastante para invalidar o último tipo de definição para a maioria dos fins. Não é a questão de não podermos, em certas circunstâncias, aprender *mais*, pela dedução dos motivos de outras pessoas a partir dos nossos próprios motivos do que pela simples generalização a respeito de seu comportamento: é questão de saber se a matéria da teoria econômica e interpretação histórica se confina ao que podemos aprender por intermédio dos primeiros.

J.S. Mill fez a concessão considerável de sustentar que as leis de distribuição eram relativas a determinadas instituições, mas sustentou também que as leis de produção não o eram. Tal opinião, no entanto (chamada por Marx de "uma idéia gerada pela crítica inepta, mas ainda rudimentar, da economia burguesa", *Capital*, vol. III, 1030), traça uma dicotomia dentro do corpo da própria Economia, que parece ainda mais difícil de sustentar. Por exemplo, na doutrina de Mill a taxa de lucro, figurante na determinação do valor, dependia daquelas condições que determinavam a distribuição, e nesse sentido a teoria de valor apoiava-se numa teoria de distribuição. A Economia moderna, entretanto, não tem dado oportunidade a esse tipo de dicotomia já que tem integrado formalmente a distribuição (ou seja, a determinação de preços dos fatores de produção) à estrutura do equilíbrio geral de preços.

completa dos processos essenciais pode ser construída sem sair-se de seus limites. Há quem sustente que, embora um estudo das relações de troca em si mesmas deva ser reconhecidamente incompleto, a menos que passe à levar em conta a influência por elas recebidas de determinadas instituições como a estrutura de classes da sociedade, as leis reveladas pelo primeiro são, não obstante, fundamentais e exprimem necessidades que governam qualquer tipo de sistema econômico. Não está totalmente claro em que sentido a moderna teoria de equilíbrio de preços pode ser tida como exprimindo "necessidades" para qualquer tipo de sociedade, e o que resta de tais "necessidades" quando as mesmas têm de ser suplementadas em qualquer medida maior por dados institucionais historicamente relativos.³³ Porém, expresso em termos formais, um significado possível a ser conferido a tal afirmação é que a influência dos fatores institucionais sobre as relações de troca não é de molde a modificar quaisquer das equações governantes, ou a privar qualquer das variáveis independentes que têm figurado nessas equações de sua suposta independência. Se tal condição se sustentar, as variações dos fatores institucionais poderão razoavelmente ser simplesmente tratadas como modificações dos "dados" que afetam somente os valores a serem atribuídos a essas variáveis. No entanto, se tal suposição conveniente não se sustentar — se a influência dos dados institucionais particulares for mais radical do que isso — então as necessidades que tais leis expressam modificarão seu caráter diante de qualquer modificação fundamental de sistema; e o próprio enunciado das mesmas em uma forma que seja simultaneamente realista e determinada será impossível, a menos que se leve em conta a situação institucional.

A afirmação de que os princípios econômicos podem ser formulados sem levar-se em conta as condições institucionais particulares pode parecer, a muitos, vulnerável a tão óbvia objeção que cause surpresa ser possível fazer tal afirmação com seriedade. Não é óbvio que o modo pelo qual os preços são determinados e a troca regulamentada, sob condições de concorrência, deve ser diferente do modo pelo qual são determinados sob condições de monopólio? Ou que o padrão dos preços em qualquer ocasião determinada (e, conseqüentemente, os movimentos dos preços no correr do tempo) deve ser diferente, quando cada vendedor ignora os atos que outros-vendedores se propõem, dos casos em que tal ignorância estivesse ausente parcial ou totalmente (como sucederia sob condições de planejamento econômico)? Se assim for, o enunciado de que uma mudança de

³³ Um significado particular que os próprios subscritores dessa opinião deram à mesma é a alegada necessidade de adoção de certos mecanismos de preço e de mercado por uma economia socialista, que tem figurado no debate a respeito do problema do cálculo econômico numa economia socialista, em torno do qual surgiu uma literatura considerável.

circunstância não afeta as próprias equações pelas quais as "necessidades" econômicas são definidas não poderá ser verdade, no que se refere à determinação de preços. Presumivelmente, o enunciado só pode ser seriamente apresentado quando aplicado aos postulados em um nível mais alto de generalidade, ou seja, a princípios dos quais as teorias particulares podem ser tratadas como casos especiais.³⁴ Os únicos postulados desse tipo são os que concernem à relação entre preços e demanda, postulados que afirmam que uma dada estrutura de preços terá um determinado efeito sobre a demanda, e, segundo se tem sustentado, implicam o corolário de que, em qualquer dado estado de oferta de recursos produtivos, apenas um conjunto de preços (e uma alocação de recursos produtivos que lhe correspondem) resultará numa "satisfação ótima" da demanda — corolário este que também requer para sua validade certas suposições acerca da natureza da preferência dos consumidores ou da utilidade. Contudo, tais enunciados não bastam para proporcionar uma explicação determinada de como as relações de troca são realmente determinadas.

Uma analogia que, por ser conhecida, talvez se possa recomendar aos economistas, pode ser citada com base nos recentes debates acerca da Teoria Quantitativa da Moeda. Tal teoria, expressando uma relação invariável entre as variações na quantidade de dinheiro e as variações nos preços, costumava ser enunciada numa forma em que era considerada como tendo validade geral para qualquer tipo de situação. Em grande parte, isso se devia a uma suposição implícita de que outras variáveis decisivas eram independentes da quantidade de dinheiro, ou que, se ligadas à última, tal ligação se limitava a uma certa forma.³⁵ Hoje se compreende que tal suposição não se mostra verdadeira com relação a todos os tipos de situação, particularmente uma situação caracterizada por uma capacidade excedente

³⁴ A diferença entre a determinação de preço sob concorrência e sob concorrência imperfeita tem sido enunciada formalmente deste modo: a produção será determinada pela condição de igualdade de custo marginal e rendimento marginal, sendo a concorrência perfeita tratada como um caso especial em que os rendimentos marginal e médio são iguais (porquanto a demanda é infinitamente elástica), e conseqüentemente o custo marginal é igual ao preço, e não menor que ele. Mas, quando lidamos com a indústria como um todo, essa condição crucial (a elasticidade da demanda para a firma individual) terá de ser introduzida quando a concorrência for imperfeita como uma condição separada (isto é, separada da demanda para toda a indústria), como terá de sê-lo também uma condição como a presença de restrições ao ingresso de firmas na indústria.

³⁵ Por exemplo, até onde a velocidade de circulação mudava como conseqüência de variações de preço (ou da expectativa das mesmas), isso tendia a ser numa direção que reforçasse, e não contrabalansasse, a influência de variações na quantidade de dinheiro sobre os preços. A produção era tida como não afetada pelas variações na demanda em virtude de uma suposição implícita de pleno emprego, isto é, oferta inelástica de produção como um todo.

de mão-de-obra e maquinaria. Portanto, na medida em que a teoria afirma contar uma história causal, sua alegada generalidade se desfaz, pois existem situações nas quais a relação por ela afirmada entre a moeda e os preços não é verdadeira, enquanto, se ela modificar seu *status* para o de uma simples "equação de identidade", a história causal³⁶ da relação real entre moeda e preços ficará para ser contada, e contada em termos de situações particulares. Quando mais essa história causal estiver inteiramente narrada, pode ser que surja algum novo princípio geral, em termos do qual num sentido puramente formal situações particulares possam novamente ser expressas como casos especiais (por exemplo, um estado de pleno emprego como aquele em que a oferta de produção apresenta elasticidade zero, em vez de alguma elasticidade positiva). A questão é que tais princípios gerais só podem surgir corretamente como resultado de classificação e análise anteriores das peculiaridades concretas de situações particulares, e não como resultado do isolamento de alguns traços comuns daquelas situações por um método de analogia superficial. O estudo comparativo das instituições sociais proporciona, para dizer o mínimo, uma forte presunção de que a moderna teoria de equilíbrio de preços pode possuir, sob esse aspecto, considerável analogia com a Teoria Quantitativa da Moeda. Nas palavras de Friedrich Engels, a Economia Política como uma "ciência histórica" "deve investigar primeiramente as leis especiais de cada estágio separado na evolução da produção e da troca e só quando tiver completado tal investigação poderá estabelecer as poucas leis bem gerais aplicáveis à produção e à troca consideradas como um todo".³⁷

Este não é tema que possamos aqui tratar convenientemente, mas também não pode ser inteiramente ignorado no presente contexto. Embora não se possa seriamente negar que existam traços que diferentes tipos de sociedade econômica têm em comum, e que tais analogias mereçam estudo e tenham sua parcela de importância quando colocadas no devido lugar, parece evidente que as principais questões referentes ao *desenvolvimento* econômico, como as tratadas nos estudos seguintes, não podem ser absolutamente respondidas, a menos que se ultrapassem os limites daquele tipo tradicional de análise econômica em que o realismo é tão impiedosamente sacrificado à generalidade, e a menos que a fronteira existente entre o que está em moda rotular como "fatores econômicos" e como "fatores sociais" seja abolida. Além disso, não se trata apenas de que esse tipo limitado de investigação econômica seja impotente para responder a certas questões.

³⁶ O relato causal é usado aqui no sentido de uma teoria adequada que nos permite fazer alguma predição quanto aos acontecimentos reais; nesse caso, a respeito do efeito provável de uma dada variação na quantidade de dinheiro.

³⁷ *Anti-Dühring*, 167-8.

Ao confinar seu exame da sociedade ao nível do mercado, esse tipo de investigação contribui também para aquela mistificação a respeito da natureza essencial da sociedade capitalista da qual a história da Economia, com suas teorias de abstinência e jogos verbais a respeito de "produtividade", é tão prolífica em exemplos. Ao nível do mercado, todas as coisas disponíveis para a troca, inclusive a força de trabalho dos proletários, aparecem como entidades semelhantes, porquanto foi feita abstração de quase todas as demais qualidades, exceto aquela de ser um objeto de troca. Por isso, tudo é visto, nesse nível de análise, como uma troca de equivalentes; o possuidor de títulos à propriedade contribuiu tanto quanto o trabalhador para o processo de troca, e a essência do capitalismo, como uma forma particular da apropriação de trabalho excedente por uma classe possuidora de poder e privilégios econômicos, é, desse modo, oculta por escamoteação. Mudar o foco da investigação econômica de um estudo de sociedades de troca em geral para um estudo da fisiologia e crescimento de uma economia especificamente capitalista — estudo que deve ser necessariamente associado a um estudo comparativo das diferentes formas de economia — é uma mudança de ênfase que, pelo menos na Grã-Bretanha, parece vir com bastante atraso.